

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEPRAM

No dia 04 de setembro de 2020, através da Plataforma virtual Teams, devido a pandemia de Coronavírus, ocorreu a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente –CEPRAM. Participaram da reunião os conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: 1.Aprovação da ata da 1ª Reunião Extraordinária CEPRAM virtual, realizada dia 03 de Junho de 2020; 2.Apresentação dos Processos: Processos Analisados na 40ª Reunião Virtual da CT Recursal do dia 17/07/2020; 3. Apreciação da Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Sul, produto do Plano de Recursos Hídricos; 4. Apreciação da Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, produto do Plano de Recursos Hídricos.

Jefferson Viana – GERMEN pontuou que ao observar a questão do enquadramento não ser aprovado pelo CEPRAM considera algo inusitado, inclusive discutiu com vários pesquisadores e com gestores públicos que já fizeram gestão de águas, que se a maioria do CEPRAM entender que é adequado o enquadramento ser aprovado por este Conselho, se realmente é um procedimento. Porém, primeiro o CEPRAM vai ter que negociar com o CONERH, porque o CONERH é tão soberano quanto o CEPRAM e diz que caberia que o Conselho trabalhasse no sentido da efetivação e inclusive cobrando o monitoramento do enquadramento. Pontuou que se é entendimento do CEPRAM que é procedimento, que seja feita uma discussão e adendo à Lei que trata da Política do Meio Ambiente, para que esta seja executada da maneira correta e não executando a Lei da Política de Recursos Hídricos que o CEPRAM nem faz parte.

Miriã Caetano da Silva - SECEX iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, deu boas vindas aos presentes. Agradeceu a fala de Jefferson e informou que está registrada, mas salientou que o que se tem hoje é o que está disposto na legislação, que para esses enquadramentos de hoje tem que seguir o regimento dos dois Conselhos, pois está previsto na legislação dos dois Conselhos. Informou que toda vez que a plenária traz uma necessidade de uma discussão a mais por mais uma instância, essas discussões têm sido feitas. Todos já sabem, que nesse caso específico existe uma limitação de prazo em relação à contratação da consultoria,

34 isso já foi dito nas duas reuniões tanto do CEPRAM quanto do CONERH. Ressaltou,
35 que podem ser feitos registros e propor mudanças na legislação, mas o que tem
36 hoje é o que está na lei. Disse que se surpreende quando se fala em procedimento
37 inusitado e divergente do que está previsto no regimento. Diz que isso assusta
38 porque está sendo seguida tanto a previsão dos regimentos e da legislação, como
39 está também percebendo o que vem da plenária. Ressaltou que se informou sobre
40 os enquadramentos anteriores e inclusive eram feitas reuniões seguidas. E desta
41 vez teve a oportunidade de ouvir sobre o enquadramento em uma reunião conjunta
42 CEPRAM/CONERH, como previsto em Lei e, ainda, teve-se a oportunidade de
43 discutir este assunto na CTPPDS, que teve uma discussão rica, com presença da
44 equipe técnica onde se esclareceu ao máximo as dúvidas, com a produção do
45 relatório o qual será apresentado hoje nesta reunião para que os demais
46 conselheiros se sintam então seguros para fazer suas manifestações.

47 Ruy Argeu – FECOMÉRCIO pontuou que o combinado não sai caro, foi combinado
48 que seria delegado a CTPPDS fazer uma manifestação e esse material foi
49 apresentado e cabe ao CEPRAM otimizar a avaliação da produção da câmara
50 técnica, fazendo as inserções ou exclusões que este Conselho achar coerente no
51 voto, para que não se fique aqui discutindo metodologia de uma coisa que havia sido
52 acordado anteriormente.

53 Miriã Caetano da Silva – SECEX informou que vai prosseguir com a pauta. Informou
54 no que se refere às atas a SECEX só recebeu as contribuições de Walter –
55 FECOMÉRCIO e sinalizou que foi feita a incorporação das recomendações e
56 agradeceu ao Conselheiro as contribuições. Como não houve mais nenhuma
57 contribuição fica aprovada por unanimidade a ata da 1ª Reunião Extraordinária do
58 CEPRAM, realizada 03/06/2020.

59 Passou-se para a apresentação dos processos em pauta fazendo o rito sumário,
60 sendo lidos todos os processos e se houver algum destaque o conselheiro sinaliza
61 e, posteriormente, volta para discussão do processo destacado.

62 **Processo: 2009-015649/TEC/AIMU-0298 - PREFEITURA MUNICIPAL DE**
63 **SOBRADINHO.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 151.000,00 (cento e
64 cinquenta e um reais), no município de Sobradinho – BA, por descumprimento do
65 prazo estabelecido no Auto de Infração em Campo n173/2006 e Auto Advertência nº
66 2006-002154/TEC/AIAD-0136 e disposição de resíduo sólido urbano diretamente no
67 solo podendo tornar ultrapassados os padrões de qualidade ambiental. Levando-se

68 em consideração os atenuantes e agravantes, as conseqüências ao meio ambiente,
69 antecedentes do infrator, o porte do empreendimento, o grau de compreensão e
70 informação do infrator, classificou-se como grave. A infração foi constatada em
71 OS/05/2009 às 15 horas no lixão do Município, situado Rod. BA 210 (Sobradinho X
72 Sento Sé), sob as coordenadas S 09.49777 e W 040.86483. O requerente solicitou a
73 nulidade do auto de Infração de Multa, ou Prestação de Serviços Ambientais com
74 celebração de Termo de Compromisso. A conselheira relatora foi Ana Livia - SEDUR
75 que na reunião da CT Recursal do dia 17/07/2020 votou pela manutenção da
76 penalidade de multa e os demais membros da câmara acompanharam o voto da
77 relatora. Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela
78 manutenção da penalidade por unanimidade. **Processo: 2009-018849/TEC/AIAP-**
79 **0093 - ADEMI GAMA DOS SANTOS.** Auto de Infração de Apreensão no município
80 de Jaguarari, por transporte de madeira (lenha) proveniente de vegetação nativa
81 (flora com tipologia de caatinga) sem autorização legal. Espécie apreendida é
82 comumente conhecida na região como umburana branca. Apreensão de 12 m³ de
83 madeira (lenha) da espécie umburana branca. A infração foi constatada no dia dez
84 do mês de Dezembro de 2008, às 16:00h, na Br 407, km 127, cerâmica Bananeira,
85 Jaguarari/BA, tendo as seguintes coordenadas de referência -10,27653 e -40,17578.
86 O requerente solicitou a nulidade do Auto de Infração. A conselheira relatora foi
87 Lucidalva Rodrigues – PRISMA que na reunião da CT Recursal do dia 17/07/2020
88 votou pela manutenção da penalidade de apreensão e os demais membros da
89 câmara acompanharam o voto da relatora. Nesta data o processo foi submetido à
90 plenária que deliberou pela manutenção da penalidade por unanimidade. **Processo:**
91 **2010-002076/TEC/AIMU-0080 - EUTIMIO OLIVEIRA.** Auto de Infração de Multa no
92 valor de R\$: 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais), no município de
93 Jacobina, por manter confinados, em rinha, 58 (cinquenta e oito) galos-de-briga,
94 caracterizando maus-tratos de animais. A infração foi constatada às 10h30min na
95 localidade Lagoa de Antônio Teixeira Sobrinho, município Jacobina. Vinculado ao
96 AIC n 734-2009. O requerente solicitou a nulidade do Auto de Infração ou Redução
97 do Valor da Multa ou Celebração de Termo de Compromisso. A conselheira relatora
98 foi Mariana Vidal – SEMA que na CT Recursal do dia 17/07/2020 votou pela
99 manutenção da penalidade de multa e os demais membros da câmara
100 acompanharam o voto da relatora. Nesta data o processo foi submetido à plenária
101 que deliberou pela manutenção da penalidade por unanimidade. **Processo: 2009-**

102 **027530/TEC/AIAP-0138 - DEUSDETE JOSÉ TEXEIRA.** Auto de Infração de
103 Apreensão no município de Ibirataia, por apreensão de 40 pranchas de Vinhático
104 (madeira Nativa da Mata Atlântica) medindo em média 2,20x0,30x0,15 encontrado
105 no interior da Fazenda Boa Vista. Local data e hora da constatação da infração:
106 Fazenda Boa Vista / Bom Sossego situada ia zona rural da cidade de Ibirataia/BA,
107 dia 06/08/2009 às 11:00h. Coordenadas: S. 13.89482 W 39. 61771. O requerente
108 solicitou arquivamento do Processo. A conselheira relatora foi Ana Livia – SEDUR
109 que na CT Recursal do dia 17/07/2020 votou pela manutenção da penalidade de
110 apreensão e os demais membros da câmara acompanharam o voto da relatora.
111 Nesta data o processo foi submetido à plenária que deliberou pela manutenção da
112 penalidade por unanimidade. **Processo: 2012-007372/TEC/AIEM-0010 -**
113 **FRANCISCO AIRTON RODRIGUES DE ALBUQUERQUE.** Auto de Infração de
114 Embargo Temporário no município de Camaçari, por intervenção em corpo hídrico
115 realizada em área localizada no fundo de sua propriedade na Rua da Ponte Casa
116 17, Lote 1, Condomínio Interlagos. A infração foi verificada no dia 05/04/2012 às 13h
117 55min no entrono das coordenadas 12,80403° S ; 38,20745° W. O requerente
118 solicitou a Nulidade do Auto de Infração. A conselheira relatora foi Raísa Lopes –
119 FAEB que na reunião da CT Recursal do dia 17/07/2020 votou pela manutenção da
120 penalidade de embargo temporário e os demais membros da câmara
121 acompanharam o voto da relatora. Nesta data o processo foi submetido à plenária
122 que deliberou pela manutenção da penalidade por unanimidade. **Processo: 2009-**
123 **032843/TEC/AIMU-0733 - ADIL ARLINDO MANJABOSCO.** Auto de Infração de
124 Multa no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), no município de
125 Formosa do Rio Preto, por construção de canal para desvio de parte de águas do
126 Rio do Ouro para abastecimento da fazenda por meio de roda d'água sendo
127 instalado em APP, novo sistema de captação com tubulação de ferro galvanizado
128 sem a devida licença ambiental, com efetivo impacto ao meio ambiente, em
129 desacordo a Legislação em vigor. A infração gravíssima de natureza formal e
130 material foi constatada no dia 16.10.2009 às 10:30h na Fazenda Triunfo, localizada
131 na Rodovia BA-825, Anel da Soja, km 65, no município de Formosa do Rio Preto-BA
132 nas coordenadas geográficas: S 11,46091° e W 045,61512°. O requerente solicitou a
133 nulidade do Auto de Infração ou Redução do Valor da Multa ou Celebração de
134 Termo de Compromisso. A conselheira relatora foi Lucidalva Rodrigues – PRISMA
135 que na reunião da CT Recursal do dia 17/07/2020 votou pela manutenção da

136 penalidade de multa com possibilidade de celebração de Termo de Compromisso,
137 sendo que houve 01 voto pela manutenção da penalidade e os demais membros da
138 câmara acompanharam o voto da relatora. Nesta data o processo foi submetido à
139 plenária que deliberou pela manutenção da penalidade de multa com celebração de
140 termo de compromisso por unanimidade. **Processo: 2011-020327/TEC/AIMU-0475**
141 **- PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE-XIQUE.** Auto de Infração de Multa, no valor
142 de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no município de Xique- Xique, por possuir 2 (dois)
143 pontos de lançamento de esgoto sem tratamento na Ipueira do Rio São Francisco,
144 pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, provocando efetiva
145 degradação ambiental. A infração foi constatada na sede do município de Xique-
146 Xique, mediante inspeção técnica realizada no dia 28/09/2011 às 14h34min, nas
147 coordenadas geográficas -10,82416° S e -42,73365° W e 10,81300° S e -42,72662°
148 W. O requerente solicitou a nulidade do Auto de Infração ou redução do Valor da
149 Multa ou Celebração de Termo de Compromisso. A Conselheira relatora foi Ariene
150 Couto – SEAGRI que na reunião da CT Recursal do dia 17/07/2020 votou pela
151 manutenção da penalidade de multa e os demais membros da câmara
152 acompanharam o voto da relatora. Nesta data o processo foi submetido à plenária
153 que deliberou pela manutenção da penalidade por unanimidade.

154 Severino Agra – UFBA pontuou que não quer fazer nenhum destaque, apenas que
155 fazer um comentário para a CT Recursal pensar depois. Tem uma multa do Eutímio
156 que é no valor de R\$ 174.000,00 por causa de uma briga de galo e a multa da
157 EMBASA é no valor de R\$ 100.000,00 e disse que tem que ter isonomia de
158 gravidade, pois o cara que joga esgoto no rio é tão grave quanto o cara que faz briga
159 de galo, então disse que esta multa da EMBASA está muito pequena. E alertou e
160 fez uma recomendação para a CT Recursal balizar melhor essas multas.

161 Ana Livia – SEDUR esclareceu que não é a CT Recursal que tem competência para
162 julgar o valor da multa, pois quem faz isso é o agente ambiental que tem
163 discricionariedade para dizer qual o valor, ou seja, a CT recursal não pode mexer no
164 valor.

165 Ruy Argeu – FECOMÉRCIO ponderou que é um tema para a CT Recursal
166 regulamentar essas multas, porque existe desigualdade de penalidades do mesmo
167 nível, com diferenças absurdas de multa. Já existem pautas anteriores em que fez
168 esse tipo de colocação e diz ser outro tema para a CT Recursal trabalhar.

169 Renato Cunha – GAMBÁ pontuou que esses valores de multas quem estabelece é o
170 INEMA, através do agente, pois o INEMA é órgão que tem essa competência de
171 colocar o valor. Perguntou como está a questão da resolução para dar poder a CT
172 Recursal de aprovar os processos sem precisar vir para o CEPRAM, pois isto já
173 estava em discussão há um tempo.

174 Miriã Caetano da Silva – SECEX informou que no que se refere à resolução que
175 normatiza a CT Recursal, sinalizou que já está com o texto pronto e já chegou a
176 entrar na pauta do CEPRAM, mas depois a SECEX retirou em razão das pautas
177 prioritárias que foram trazidas. Esclareceu que agora estas resoluções propostas
178 pela CT Recursal serão submetidas à CTAJIN. O processo está bastante adiantado.
179 Passou-se para apresentação do relatório da CTPPDS elaborado pelo professor
180 Severino – UFBA referente aos enquadramentos.

181 Severino Agra – UFBA questionou aos demais se pontua as dúvidas que foram
182 levantadas ou segue o roteiro do relatório. Todos disseram ser melhor seguir o
183 relatório. O primeiro ponto na verdade começou com esclarecimento se as propostas
184 dos planos de bacias já estavam concluídas e em função desse esclarecimento
185 levantou-se a questão metodológica de como se está enquadrando, considerando
186 que o enquadramento é um referencial importante para orientar o plano de bacias
187 propriamente dito. Porque o Plano compreende etapas que termina na proposição
188 do plano propriamente dito, então a proposição final do plano que são as medidas,
189 os programas, ele não pode ser construído em paralelo ao enquadramento, pois o
190 enquadramento é um referencial para orientar a proposta dos Planos e Programas
191 que o plano vai propor. Então levantou essa questão e propôs que a metodologia
192 considere que este levantamento do diagnóstico, para fazer a proposta de
193 enquadramento fosse feito antes de elaborar a proposta de plano propriamente dito.
194 Os técnicos do INEMA disseram que a forma simultânea como está sendo feito não
195 tinha prejuízo à qualidade dos produtos. Pontuou que discordou desta visão do
196 Relator e disse que ainda não consegue entender pois isso não traz conflito legal e
197 nem metodológico do procedimento. Esclareceu que a legislação da ANA coloca
198 essas duas coisas ambigualmente no mesmo texto, dizendo que deve ser feito
199 enquadramento e o plano, não detalhando exatamente essa separação, mas deixa
200 margem a esse tipo de entendimento. Diante disso, fez essa proposta para ser

201 apreciada hoje de que seja considerado que o diagnóstico sirva para fazer o
202 enquadramento e só depois a proposta do plano de bacias propriamente dito.

203 O segundo ponto foi a manifestação em relação aos critérios de exclusão de alguns
204 rios, pois foram feitas na proposta de enquadramento a proposta muito sucinta dos
205 critérios de exclusão, mas isso não ficou no texto e durante a explicação do INEMA
206 existia outras informações de outros documentos que explicavam isso, então foi
207 solicitado que esses documentos fossem fornecidos para poder entender melhor
208 esses critérios. De qualquer maneira a proposta era que esses critérios ficassem
209 bem delimitados na proposta de enquadramento, não em outro documento. Porque
210 quando a pessoa está analisando a proposta tem que ter acesso a esses
211 documentos, então foi um questionamento de esclarecimento, mas também uma
212 proposta que esses critérios de exclusão ficassem bem delimitados. Pois teve
213 dúvida se essas nascentes excluídas poderiam ter relações em alguns casos com
214 nascentes importantes de rios que são áreas de preservação permanente. Esse
215 atendimento inclusive ficou de ser enviado algum relatório sobre esse assunto,
216 porém disse que não recebeu.

217 O terceiro ponto refere-se à manifestação sobre alternativas de referência
218 prospectiva, o enquadramento cita sucintamente que houve uma reunião e escolheu
219 que fosse usada a alternativa de referência e alternativa prospectiva e disse que
220 queria entender a diferença de um para o outro, porque na proposta de
221 enquadramento isso também não está dito. Foi explicado que existia outro
222 documento PP06 que ficou prometido de ser encaminhado, porém não recebeu até
223 hoje. Ressaltou que achou estranha proposta prospectiva e proposta de referência.
224 Foi explicado que a prospectiva seria mais restritiva e isso realmente já dá margem à
225 discussão lá do primeiro item, referente à questão da metodologia, pois toda análise
226 prospectiva deve ser usada como referência. A referência é a prospecção do futuro,
227 então não entende como foi feita a diferença nessas terminologias. De qualquer
228 maneira esse encaminhamento não foi feito e já tinha até alertado à SECEX que o
229 documento que veio foi repetitivo do que já havia recebido antes. E depois da
230 reunião da CTPPDS disse que não recebeu nada.

231 Antônio – INEMA informou que os documentos foram enviados no mesmo dia da
232 reunião, o PP06 que respondem muitos dos questionamentos que o senhor está
233 fazendo.

234 Samir Felipe – SECEX pontuou que foi encaminhado sim, inclusive está com o e-
235 mail aberto e o documento foi encaminhado no dia 07/08/2020, mas disse que pode
236 reencaminhar o e-mail especificamente para o professor Severino só para constar.

237 O quarto ponto refere-se à classificação dos rios consideráveis, os rios que foram
238 classificados foram considerados que usos? Porque os rios estão indicados como
239 classe 3, tem uso para recreação e pesca. Porém, foi explicado que na verdade
240 tinham outras informações sobre uso do solo como: consultas a populações locais.
241 Mas o que foi o questionado é que o plano tenha máximo possível dentro da sua
242 ideia de prospecção recuperar os usos potenciais, esses usos inclusive era um
243 critério muito importante na primeira classificação de enquadramentos de rios no
244 Brasil que foi feita pela portaria do Ministério naquela época que era quem tratava a
245 questão ambiental. Essa portaria era inter 0013 e só existia até classe 4 e não
246 tratava nem de estuário, nem de área marítima e depois veio a resolução 20 que
247 ampliou para estuário e marinha e depois a resolução 357, que está em vigor agora.
248 Os usos potenciais sempre foram à busca de não comprometer os usos
249 preponderantes que é em cima da definição do padrão. Então o padrão que iria
250 preponderar era o padrão do uso potencial mais frágil, era essa lógica que se
251 adotava na portaria 13, no milênio passado. Esse conceito foi mudando e foi mal
252 interpretado ao longo do tempo, pois a resolução 357 só fez repetir basicamente a
253 resolução 20 e só fez aumentar algumas questões de padrões que a resolução 20 já
254 previa que cada classificação pode acrescentar padrões. O mais importante é que
255 quando se considera o plano e o enquadramento não pode perder de vista de não
256 comprometer os outros usos potenciais, então essa maneira de usar só os dados de
257 monitoramento ou outorga para poder definir os usos que estão sendo feitos não é
258 satisfatório, ele pode jogar fora usos potenciais importantes no futuro. Pontuou que
259 tem que dentro do possível ter o entendimento de todos os usos potenciais que o rio
260 pode oferecer, para saber se o padrão e a classe que vai ser adotada não
261 comprometem esses usos potenciais, para não ficar um uso muito imediatista e de
262 curto prazo em um planejamento desses, que no mínimo é de dez anos. Foi
263 esclarecida que a informação foi que além das outorgas, houve consultas às
264 populações locais. Porém, salientou que não ficou claro de que maneira foi feita
265 essa consulta e também que tipo de levantamento foi feito sobre os usos potenciais
266 que são preponderantes. Propõe que fique claro nesses enquadramentos o risco de

267 usos potenciais serem comprometidos. As propostas que estão sendo feitas são de
268 conteúdos metodológicos e que são importantes de serem considerados e
269 incorporados nos procedimentos dos próximos enquadramentos, isso não significa
270 que tem que refazer o que está feito.

271 O quinto ponto é que foi feito todo levantamento através de medição de uma
272 simulação hidrológica e o próprio texto reconhece as limitações desse modelo, então
273 foi adotado outro critério para poder considerar as diferenças entre trechos perenes
274 e intermitentes. Disse que também ficou na dúvida qual o critério adotado para a
275 simulação e de ter utilizado o Q90 para o rio. O próprio texto menciona que alguns
276 casos não deram certos e alguns dados não foram coerentes com a realidade que
277 se sabia. Diante disso, foi adotada outra metodologia de interpretação e não ficou
278 claro também na proposta e sugeriu que na proposta esse tipo de critério fosse mais
279 bem esclarecido.

280 O sexto ponto é que não houve classificação de água subterrânea e estuarina, aí
281 sim é uma coisa mais contundente. A classificação de um rio tem que ir da nascente
282 até a sua foz ou estuário, porque não observar nenhuma legislação que tenha
283 impedimento de incluir o estuário no enquadramento. Essa preocupação foi
284 levantada, porque todos esses rios, principalmente o Rio de Contas e o Recôncavo
285 Sul eles encontram-se em áreas de muita importância de tributários estuarinos de
286 alta relevância. O que foi levantado nessa questão é que não se tinha competência
287 para entrar no estuário e existia o plano de gerenciamento costeiro. Informou que
288 existe um plano, mas não existe uma proposição do plano, está cheio de pendências
289 até hoje, está parado e não sabe em que pé se encontra esse plano e disse que isso
290 precisa ser concluído. A proposta mais imediata é se considerar todos os estuários
291 como classe 1, pelo menos essa é uma proposta objetiva já para esse plano.

292 O sétimo ponto refere-se à manifestação sobre a classe atual inadequada, a
293 terminologia apresentada na apresentação usa classe atual, mas no texto chama
294 condição atual e disse que acha mais adequada, pois não se está classificando o rio,
295 mas levantando a condição atual e fazendo uma análise de equivalência de qual
296 classificação poderia se enquadrar, baseado nos dados atuais. Classe é quando
297 oficializa e formaliza uma determinada categoria, mas esse não é o caso, por isso é
298 melhor utilizar condição atual. Aí quando se pega o parâmetro coliforme que é uma
299 coisa que depende de cada situação, pode ser um caso muito específico que pode

300 ser revertido em qualquer tipo de iniciativa para alguma mediada a mais de curto
301 prazo. Então, considerar já classe 4 e depois ver na tabela classe atual 4 e classe
302 proposta 2 ou 3, fica difícil de entender, porque uma pode passar para 2 e algumas
303 podem passar para 3 e achou que ficou complicado essa escolha, pois no texto só
304 diz que alguns casos a câmara técnica do CONERH decidiu por classe 3, mas não
305 disse o critério que adotaram para escolher essa classe. E Informou que também é
306 outro relatório que não recebeu. E solicitou que a relatoria da CTPPP do Conerh
307 explique o critério adotado para a escolha dessa classe e a proposta objetiva é que
308 isso fique claro nas propostas de enquadramento. E essa proposta é que isso seja
309 adotado nos próximos enquadramentos.

310 O oitavo ponto foi à efetivação focada na questão da oferta hídrica isso é bem
311 peculiar para o pessoal que trabalha em gestão das águas, e que tem o ranço
312 tradicional de só se preocupar com a quantidade. Claro que a resolução 20 e a
313 resolução 357 vêm procurando mudar e em alguns casos tem melhorado muito e
314 essa postura de não olhar o qualitativo tem tido avanços, porém ainda não foi
315 suficiente. Então as propostas de efetivação trabalham muito com tipologias de
316 sistemas de tratamentos e foi levantada a questão e tem muita proposta para
317 municípios de pequeno porte com sistema de lodo ativado e em muitos casos,
318 alguns Estados e Municípios não têm competência de mão de obra para colocar
319 para operar um lodo ativado, então é complicado exigir isso, pois exige muito
320 consumo de energia, exige uma elaboração de treinamento operacional e disse que
321 não sabe se a demanda está pertinente, talvez seja mais propício a indicação da
322 necessidade de redução da carga orgânica para poder o rio se enquadrar. Deixou
323 claro que são tipologias possíveis de chegar aquele resultado, porque realmente o
324 lodo ativado tem casos de chegar a 95% de eficiência e a lagoa de estabilização que
325 é o mais comum que se encontra ou o fluxo ascendente não consegue chegar a
326 mais de 80%, sempre é preciso um trabalho complementar, mas no interior do
327 Estado da Bahia muitos casos a lagoa de estabilização dá conta, mas se esta não
328 tiver a boa operação pode entrar em colapso, esse é o risco. Pontuou que sugeriu
329 que no caso da efetivação fosse clarificada a necessidade de redução, não a
330 tipologia, pois o lodo ativado algumas prefeituras não vão conseguir viabilizar, além
331 de ser muito caro, exige outras demandas.

332 O nono ponto refere-se à manifestação de preocupação em relação ao Rio
333 Jaguaribe e Dona, no Recôncavo Sul muitos deles ficaram enquadrados como
334 classe 3 e esta classe significa proibir recreação e pesca, então isso aí é uma
335 proposta de imediato e de não considerar esse tipo de situação, porque disse que
336 nesse trecho aí o esforço maior vai ter que ser feito para poder colocar os rios de
337 classe 2 e a maioria ficou em classe 3, essa foi uma proposta, porque inclusive tem
338 alguns casos que tem trechos com classe 2 e logo em seguida trecho com classe 3
339 e as vezes ao contrário e não sabe como que em cinco anos vai se conseguir
340 transferir essa situação em pouco tempo.

341 O décimo ponto levantado é a preocupação com áreas do Recôncavo Sul com
342 classe 3 que é continuação desse e que foi levantado que toda vez que tiver
343 captação da EMBASA que fosse necessário além de estar proposto como classe 2,
344 mas que na classe intermediária fosse realmente intermediária. Pontuou que seria
345 pertinente que colocasse o intermediário em 2025 como classe 3, é bom que já
346 tenha um trabalho de graduação realmente de nível intermediário, para poder
347 conseguir chegar em 2030 com classe 2. Essa proposta deve ser considerada
348 nesses enquadramentos.

349 Miriã Caetano da Silva – SECEX agradeceu a apresentação do professor Severino e
350 perguntou se algum membro da CTPPDS quer complementar ou algum conselheiro
351 quer tirar alguma dúvida ou alguma contribuição em relação ao relatório da
352 CTPPDS. Sinalizou que depois passará para a equipe técnica, embora todos
353 perceberam que no relatório houve uma preocupação de deixar clara a manifestação
354 do professor Severino, a resposta da equipe técnica e a proposta da CTPPDS.

355 Jefferson Viana – GERMEN disse que entendeu a preocupação do professor
356 Severino com a qualidade e com o funcionamento dos processos ecológicos, dos
357 ecossistemas aquários que é importante que o CEPRAM se preocupe com isso. Mas
358 a questão dos procedimentos a ANA tem uma série de manuais que tratam disso e
359 realmente todos os procedimentos se forem olhados vão perceber que não compete
360 muito aos órgãos e Conselhos ligados ao Meio Ambiente e sim os órgãos
361 relacionados à Lei de Política de Recursos Hídricos. Disse que teve cuidado de olhar
362 o TR e percebeu que este trata o curto prazo como 3 anos e é uma coisa que
363 também tem o porque de ser Q90, pois é uma coisa que está no arcabouço legal
364 dos Recursos Hídricos, então sugeriu que essas manifestações sejam levadas para

365 o Fórum de discussões dessas questões que é o CONERH e pelo que acompanhou,
366 a CTPPP discutiu bastante esses enquadramentos e tomou as decisões, conforme
367 os manuais da ANA e as Políticas de Recursos Hídricos que é clara em relação a
368 decisão da CTPPP, quanto a perseguir e conseguir enquadrar conforme o rio que se
369 quer. Considerou que o CEPRAM tem que urgentemente avaliar esse
370 enquadramento antes de ser efetivado, o monitoramento dos relatórios se está
371 atingindo ou não às metas desse enquadramento. É urgente que haja uma
372 regulação dessas águas e que nesse tempo o CEPRAM acompanhe o que o INEMA
373 está fazendo em relação aos licenciamentos no entorno desses corpos d'água.
374 Solicitou que o CEPRAM receba os relatórios anuais ou semestrais e o que seja
375 acordado aqui seja cumprido, porque realmente não estava na reunião anterior e
376 não reconhece esse acordo de encaminhar para a Câmara Técnica E disse que vai
377 acatar, pois houve um acordo em algum lugar e foi encaminhado dessa maneira.

378 Severino Agra – UFBA esclareceu que as normas da ANA são orientadoras, elas
379 não são normativas. A competência de legislar sobre sistemas aquáticos de
380 jurisdição estadual cabe ao Estado. Aquelas referências e resoluções são normas
381 gerais, que é um balizamento para ser adotado, claro que algumas normas gerais é
382 o tamanho do espaço que se tem para trabalhar, então o estado pode ser mais
383 restritivo, mas não ser mais flexível do que a norma. No caso das tabelas da ANA,
384 não é nem norma é uma tabela de orientação e as observações feitas. Questionou
385 aquelas normas, pois da maneira que foi praticada ela dá ambigüidade e não está
386 claro se ela manda nessa sequência, ela é equivocada inclusive na literatura
387 internacional, o mundo inteiro já está trabalhando em cima da diretiva quadra da
388 água que já aplica a dez anos na Europa, no Canadá, na Austrália, equivalentes. A
389 diretiva quadra da água é o termo usado pela comunidade européia, então essa
390 classificação que o Brasil copiou, principalmente da legislação Americana, misturada
391 com a francesa que é a questão de gestão de bacias é muito originário da literatura
392 francesa, já está bastante avançada. Então não tem que obedecer às ordens da
393 ANA, pois não há nenhum tipo de conflito do que está se propondo com as normas
394 da ANA. A outra coisa é efetivar algo, sabendo que tem que ser melhorado, se está
395 se manifestando o CEPRAM tem que fazer as recomendações. Se o CONERH acha
396 que não tem sentido o que está sendo recomendado, o CONERH precisa discutir
397 isso na plenária. E disse que está disponível para fazer essa discussão na plenária

398 do CONERH. Se o procedimento que vem sendo adotado e que a Miriã tem razão é
399 que nunca a câmara técnica do CEPRAM teve espaço para fazer essa discussão,
400 então inclusive foi adotado um procedimento novo. O que questiona desde anos
401 passados em outros enquadramentos foi este procedimento de apresentação no
402 CEPRAM, não ter os documentos para discutir previamente e foi aí que na reunião
403 do CPERAM se discutiu que seria melhor que o conselho pudesse se manifestar
404 através de sua câmara técnica. E hoje vai sair uma definição do Conselho de
405 manifestação para o CONERH analisar. E disse que espera que esta prática
406 adotada seja mantida nos demais enquadramentos.

407 Miriã Caetano da Silva – SECEX pontuou que a SECEX e a equipe técnica já
408 avaliaram e desde o início tem dito que é um aprendizado e já se pensa em fazer
409 para os próximos enquadramentos uma reunião conjunta das câmaras técnicas do
410 CONERH e do CEPRAM, previamente, já que se tem uma plenária conjunta. É
411 importante que as câmaras técnicas se encontrem e discutam conjuntamente e se
412 consegue ganhos com isso. Está registrado e a SECEX tão logo percebeu na
413 reunião conjunta que essa era uma necessidade prévia e já avaliou para os
414 próximos enquadramentos e em outras situações também que as câmaras técnicas
415 se encontrem e consigam também subsidiar da melhor forma os conselheiros, pois
416 esta é a proposta da câmara técnica.

417 Bruno Jardim – INEMA pontuou que tem várias considerações e vai fazer uma fala
418 que possa esclarecer estas considerações. Em um primeiro ponto é interessante
419 chamar a atenção de que a região de planejamento do Recôncavo Sul, alguns
420 mananciais é até menor daqueles que se lançam na Bahia de Todos os Santos, a
421 maioria é diretamente no Atlântico. A outra questão é que o instrumento que está
422 sendo apresentado que é o enquadramento, um dos instrumentos de gestão ele é
423 construído junto com o Plano de Bacias, pois permite ter uma ideia de todo o
424 conjunto de usos atuais e possibilidades de uso, pois uma das fases anteriores a
425 fase de estudo é a fase de prognóstico e há sim um levantamento daquelas
426 tendências de uso, como também tendências de crescimento de usos, então isso foi
427 considerado. A questão da modelagem matemática é um recurso que se usa em
428 vários campos da engenharia e em outros campos, quando se faz um levantamento
429 matemático, dependendo do que se modela tem a possibilidade de se aproximar
430 muito da realidade, mas nem sempre completamente em todos os locais, porque os

431 modelos ainda mais na questão de Recursos hídricos têm uma diversidade de
432 situações muito grandes. Então se aplica a técnica da modelagem para fazer uma
433 série de avaliações e inclusive no plano essas vazões de referência foram avaliadas,
434 através de técnicas hidrológicas apropriadas e a modelagem para a construção do
435 enquadramento, foi utilizada vários modelos, alimentação das vazões de referências
436 feitas por estudos hidrológicos, anteriormente elaborados em etapas do plano e que
437 se construiu simultaneamente. Ressaltou que foram discutidos e apresentados os
438 estudos nas Câmaras Técnicas dos comitês e na plenária dos comitês também, a
439 ideia de que os resultados encontrados correspondiam com a vivência que eles tem.
440 Salientou que o plano não é construído apenas pelas equipes técnicas do INEMA e
441 da Consultoria, mas também com os próprios comitês e a partir da sua câmara
442 técnica e falou que foi muito importante ouvir os testemunhos dos membros dos
443 comitês. Como é usado como vazão de referência o Q90, que é uma vazão
444 estatisticamente considerando toda série de vazão, 90% do que tem essa vazão e
445 10% do que não tem essa vazão de referência de limite de outorga no Estado da
446 Bahia. E é nela que se avalia como se comportam os indicadores de qualidade, isso
447 não quer dizer que o curso d'água vai passar toda sua existência durante o ano
448 nessa classe e com valores de solução dos agentes que poluem o ano todo igual.
449 Determinados cursos d'água e talvez a maioria deles passe nessa situação de
450 classe 3 de considerar aquela vazão de restrição, mas pode ser que passe 70% em
451 uma classe melhor, porque poderia ser classificado como uma classe melhor e em
452 uma situação de solução e diminuição dos elementos que permitem estar em uma
453 classe melhor. Então assim, usos eventuais podem ser utilizados e feitos nessas
454 situações em que se tem completa segurança, mas não quer dizer que não possa
455 seguir o que está dito é o enquadramento dos corpos d'água segundo seus usos
456 preponderantes. Frisou que nas situações de restrição os usos preponderantes é
457 que são considerados os mais significativos e tem isso como base, porque é o
458 caminho que tem que ser seguido. As questões que se envolviam com reflexo sobre
459 as questões de abastecimento de água e lançamento de esgotos, que a EMBASA
460 observou que precisava de ajustes, foi feito no âmbito da câmara técnica do
461 CONERH, requerendo para trechos de enquadramento e subdividiu e os trechos
462 que achou necessário mudar o que estava sendo proposto. Ressaltou que foi feita
463 essa proposta com argumentação técnica e todos acompanharam o parecer do
464 relator da CTPPP do CONERH e isso então está devidamente justificado, onde foi

465 melhorado, o que foi proposto no termo do enquadramento e aonde foi necessário
466 segundo o ponto de vista da EMBASA alterar de classe 2 para classe 3, por
467 questões de interesse de viabilizar as situações de soluções de questão de esgoto e
468 lançamento. Pontuou que espera ter esclarecido e elucidado mais alguma coisa e
469 solicitou aos colegas que se tiverem mais alguma complementação se sintam à
470 vontade para fazer e se colocou a disposição para maiores esclarecimentos.

471 Sérgio Bastos – COFIC solicitou que Bruno reforçasse a questão dos estuários,
472 disse que esta questão de colocar classe 1 no estuário, talvez inviabilize alguma
473 coisa e disse que tem dúvida sobre isso. É possível fazer isso?

474 Bruno Jardim – INEMA pontuou que essa questão dos estuários é uma questão
475 muito delicada, pois para poder fazer essa classificação teria que ver uma série de
476 questões e o estuário é um trecho em que tem variações da forma como se
477 apresenta a qualidade da água, mesmo em um curso d'água virgem sem
478 interferência humana, ao longo do dia apresenta no seu trecho variações de
479 concentração de sais e outras características, então é um trecho de características
480 muito especiais, que requer muita informação e uma análise mais voltada para
481 aqueles aspectos bem específicos. Essa questão de fazer uso de uma referência
482 geral para tudo é uma questão que a própria Resolução do Conselho Nacional de
483 Recursos Hídricos faz quando estabelece, por exemplo, todos os rios no Brasil estão
484 enquadrados e todos na classe 2. Então quando o estudo do enquadramento é feito,
485 vai à direção daqueles locais em que se conseguem as informações disponíveis,
486 não só informações de qualidade, como informações de demandas diversas e
487 consegue aperfeiçoar esse processo. De certa forma, uma classificação geral já se
488 tem por força da normativa da ANA. Outra coisa, quando se estabelece o
489 enquadramento e se define uma classe que deve atingir ao longo de um tempo e a
490 proposta de enquadramento não vai somente com a classificação proposta, também
491 tem as metas progressivas que mostram ao longo do tempo quais são as ações que
492 precisam ser feitas, na direção de promover aquelas transformações e de garantir a
493 manutenção daquilo que se pretende manter. Então assim, não é simplesmente um
494 quadro que estabelece tal trecho tem aquela classe, mas sim um conjunto mais
495 amplo de ações e estudos que pode ser visto nas documentações. Ponderou, que
496 esses trechos de estuários e essa questão de gestão estuarina, gestão costeira é

497 uma coisa que de fato precisa evoluir muito, mas tem que haver muito diálogo e é
498 preciso avançar mais.

499 Eduardo Topázio – INEMA esclareceu que a área estuarina é uma questão que vale
500 a pena sim o Conselho e a sociedade representada nesses Conselhos fazer algum
501 tipo de recomendação. Pontuou que fez parte da primeira câmara técnica do
502 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que era de integração da Gestão dos
503 Recursos Hídricos com a gestão costeira, então essa é uma área de limbo, pois
504 quando se discute fica aquele entendimento onde cabe a parte da legislação de
505 recursos hídricos e inicia a parte de meio ambiente, que claro é transversal a tudo e
506 o que cabe exatamente, estritamente a essa política de recursos hídricos. Ressaltou
507 que os próximos planos de bacias desafiou a equipe em alterar aspectos dessa
508 natureza, de questões ligadas a mudanças climáticas e etc. O termo de referência
509 estava parado há cinco anos, então é uma experiência realmente e chegar ao fim já
510 é um grande sucesso. Pontuou que é uma grande dificuldade exatamente, porque
511 quem trata da política de recursos hídricos, trata de uma maneira muito utilitarista,
512 por ser um recurso natural, mas também econômico e por isso tem esse viés
513 utilitarista que termina nunca se conseguindo equalizar essa questão de como se
514 compatibilizar essas áreas estuarinas, cujo uso da água é bastante relativizado em
515 relação à questão da qualidade. Disse sim que pode analisar como fazer essa
516 secção o que cabe o rio de fato e onde começa a zona costeira, pelo menos e
517 trabalhar com isso. Então vale a discussão sim de aprofundamento dessas questões
518 e as câmaras técnicas do CEPRAM, assim como a do CONERH podem discutir de
519 como se integrar essas duas questões que ainda é uma área em aberto e sem
520 consenso técnico. Pontuou que tem provocado a equipe técnica, que vai a favor do
521 que o professor Severino tem colocado, que é fazer o enquadramento independente
522 do plano, porém por outro lado na legislação a impressão que dar e pelos processos
523 que estão se dando sempre é que o plano é anterior inclusive, porque o
524 planejamento que pensa o futuro é que enquadra também em função de usos
525 futuros lá adiante. Salientou que são questões que possuem sinergia com todos os
526 instrumentos da política de recursos hídricos, mas eles tem um certo grau de
527 independência e entende que o planejamento é uma coisa prévia, porém fazer os
528 dois ao mesmo tempo é uma estratégia política e econômica para dar
529 economicidade ao processo, mas vale a discussão e o debate e disse que tem

530 provocado a equipe de que sejam feitos os enquadramentos de alguns rios mais
531 emergentes que tem necessidade de enquadramento e de uma regulação mais
532 rápida para dar norte na política a ser executada naqueles lugares, definir regras,
533 porque se não é tudo classe 2. Disse que os Comitês de Bacias são instâncias das
534 duas políticas mais democráticas existentes, por ser amplo com vários segmentos
535 da sociedade com interesses distintos, sendo o grande fórum de debate e discussão
536 dessas políticas, que infelizmente na política do meio ambiente não tem essa
537 previsão, é comando e controle. Pontuou que tem muito respeito a essa instância
538 chamada comitê de bacia, porque ele é que valoriza os elementos e as tomadas de
539 decisões, inclusive porque tende a ser mais democrática. Pontuou que toda
540 sugestão, recomendação e proposta é válida e o INEMA irá levar em consideração,
541 todas as recomendações das câmaras técnicas para aperfeiçoar os processos.
542 Pensar e refletir de como moderniza esses processos de modo em que essas
543 questões sejam acompanhadas na base e no início das discussões, para poder
544 essas questões sejam melhor incorporadas. Finalizou assumindo o compromisso de
545 que o INEMA vai aperfeiçoar os processos e os planos de bacias que estão
546 planejados para serem executados já foram mandados para os comitês de bacias
547 respectivos, Recôncavo Norte e Paraguaçu já receberam as propostas dos termos
548 de referências para entre eles de forma independente discutir e fazer as
549 contribuições que acharem pertinentes para que seja aperfeiçoado todo este
550 processo.

551 Miriã Caetano da Silva – SECEX complementou que as etapas prévias foram feitas,
552 do ponto de vista da câmara técnica do CONERH que é o colegiado que aprova.

553 João Lopes Araújo – ASSOCAFÉ alertou que na convocação que recebeu não
554 consta se vai haver intervalo para o almoço ou se vai ser um turnão e está vendo
555 que vai ficar na mesma aflição de reuniões anteriores, quando todo mundo quiser ir
556 embora e ainda está no meio da discussão.

557 Jefferson Viana – GERMEN pontuou que como foi constatado realmente o
558 procedimento não existia e nem foi acordado na plenária anterior e se todos
559 concordam com isso é necessário normatizar e levar isso a câmara técnica de
560 políticas públicas para fazer esse casamento da melhor maneira possível, junto com
561 o CONERH.

562 Severino Agra – UFBA ressaltou que esses aspectos levantados na relatoria e na
563 reunião da CTPPDS são informações que deveriam estar na proposta de
564 enquadramento, e o que professor Bruno Jardim explicou poderia ser transformado
565 em texto e constar na proposta, pois se estivesse na proposta talvez a dúvida não
566 existisse. Esclareceu que o texto da proposta não tem que partir do princípio que
567 todo mundo participou desde o início, já que se tem um encaminhamento
568 fragmentado, então isso já serviu para o encaminhamento que Miriã já registrou e
569 que Topázio endossou é de que agora vai se tentar fazer uma recomendação de
570 que as câmaras técnicas dos dois Conselhos se reunirem antes e isso vai dar uma
571 melhoria muito grande para evitar essa discussão. Alguns pontos dizem respeito a
572 melhorias dos textos das propostas de enquadramento e a outra questão refere-se à
573 modelagem, pontuou que todo mundo que trabalha com modelagem metodológica
574 sabe que esta é um filtro e uma primeira referência, só que no texto fala que a
575 modelagem não captou e a câmara definiu X, Y, Z, então o levantamento do
576 questionamento é que não está escrito no texto esse critério adotado pela Câmara
577 do CONERH para adotar isso, para assim não deixar margem a dúvidas. E salientou
578 a dúvida sobre os rios intermitentes que também não foi falado no texto. No que se
579 refere à captação da EMBASA, disse que os pontos intermediários que têm
580 captação da EMBASA deveriam colocar intermediário mesmo, e essa proposta é
581 que quer que discuta já nesta recomendação. Para esclarecer a preocupação,
582 enquanto estiver em classe 4 a fiscalização do INEMA não vai poder punir ninguém
583 que estiver fora do padrão, então isso vai complicar tanto para EMBASA como para
584 o INEMA, porque classe 4. Só para ter uma ideia é o Dique do Tororó, que tem
585 algumas pessoas que tem coragem de pescar lá, mas a classe 3 já tem restrições
586 para a pesca e já tem restrições para o tipo de cultura, de consumo de alimento. O
587 estuário se pegar o artigo 42 da resolução 357 do CONAMA, já diz que os corpos
588 d'água que não estão enquadrados nos casos de águas superficiais são classe 2 e
589 água salobra que é o estuário é classe 1, então tem que ficar claro na definição da
590 resolução do enquadramento, que os estuários dos rios estão mantidos em classe 1,
591 porque a lei determina isso, os rios que não estão enquadrados já são classe 2 e os
592 estuários que não estão enquadrados já são classe 1, que isso fique claro, pois este
593 é o instrumento que a fiscalização do INEMA tem para poder fazer qualquer tipo de
594 penalidade. Disse que esse assunto tem que ser objeto de algum encaminhamento
595 no CONERH, tem que se explicitar que os estuários vão continuar em classe 1 ou se

596 tomar alguma medida de encaminhamento de prazos para que esses estuários
597 venham posteriormente a ser analisados com a classificação e isso que seria bom
598 para provocar algum tipo de medida que induza o procedimento de busca de
599 classificação. A outra questão refere-se ao estuário ser ou não marítimo federal que
600 foi levantado por Topázio, disse que já teve essa discussão, já trabalhou quase 10
601 anos assessorando o ICMBIO no planejamento de gerenciamento costeiro, inclusive
602 os treinamentos de Estado era assessorada por um grupo de colegas toda a
603 metodologia de elaboração dos planos, treinamentos e desde aquela época existia o
604 conflito jurídico do que eram terras marinhas e águas costeiras, porque tem leis
605 contraditórias, então áreas tipo baías são consideradas áreas costeiras e o
606 licenciamento que era o maior conflito valem a área de influência do impacto direto,
607 então à proposta do IBAMA era exatamente como Topázio falou, mas se pegar o
608 parecer jurídico do Ministério do Meio Ambiente é contrário ao do IBAMA, eles
609 acham que a competência do licenciamento é da área de influência direta, ou seja,
610 se o impacto atinge mais de um município vai para o Estado, se o impacto direto
611 atinge mais de um Estado vai para o IBAMA, esse é o critério que está na lei, mas a
612 interpretação do IBAMA é diferente. A lei de gerenciamento costeiro diz que quem
613 aplica o gerenciamento costeiro são os Estados. Salientou que o enquadramento
614 teve ser prioritário e elaborado antes do plano de Bacias. Ressaltou que os
615 questionamentos levantados pela CTPPDS são propostas de melhorias da proposta
616 de enquadramento, partindo do princípio que enquanto a prática atual não envolve o
617 CEPRAM desde o início, deveria a proposta ter algumas informações determinantes.

618 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que na câmara técnica teve bastante
619 tempo e essas questões foram bem aprofundadas. Ressaltou que o tema foi
620 amplamente discutido e já percebeu que as recomendações são para próximos
621 enquadramentos e outras são recomendações para complementação de texto e a
622 própria equipe técnica já se propôs a fazer essas alterações, mas nesta reunião o
623 que tem que ser deliberado é em relação ao encaminhamento da manifestação do
624 CEPRAM ao CONERH. Sugeriu que se ninguém se pronunciar contrário, seja feito o
625 encaminhamento por unanimidade, lembrando que além de permitir a participação
626 dos Conselheiros do CEPRAM na reunião do CONERH, será elaborada a proposta
627 com as recomendações da relatoria da CTPPP do CONERH, mais as
628 recomendações da CTPPDS do CEPRAM.

629 Sérgio Bastos – SINPEQ entendeu que foram feitas uma série de recomendações e
630 todas elas comentadas pelos conselheiros e pela câmara técnica do CEPRAM e
631 esta manifestação será encaminhada ao CONERH, junto com a proposta de
632 enquadramento. Caberá o CONERH na sequência acatar, não acatar ou acatar
633 parcialmente, mas daqui para frente tendo em vista as recomendações e as
634 respostas da equipe técnica a deliberação é do CONERH.

635 Miriã Caetano da Silva– SECEX concordou com o que Sérgio disse e esclareceu
636 que para não fazer confusão não usou a expressão “aprovar” hora nenhuma,
637 embora todos estejam cientes que do CEPRAM cabe apenas uma manifestação,
638 então a proposta de encaminhamento, seria uma deliberação ao CONERH das
639 propostas de enquadramento dos Rios Recôncavo Sul e Contas com as
640 recomendações da Câmara Técnica do CEPRAM. A plenária concordou por
641 unanimidade. Passando para o ponto de informe, informou em relação à solicitação
642 ao pedido de cadastro do SEIA com um perfil específico de conselheiros para
643 acessar ao SEIA, ressaltou que a SECEX já tinha algumas informações, até por
644 conta do acesso a outros sistemas, mas no SEIA especificamente a SECEX precisa
645 da complementação de informações como: data de nascimento. Pontuou que a
646 SECEX encaminhará um e-mail solicitando atualização dos seguintes dados: Nome
647 completo, CPF, e-mail e data de nascimento, para que os conselheiros consigam
648 acessar ao SEIA no perfil de conselheiros. Outro ponto refere-se ao calendário de
649 reuniões do CEPRAM e a SECEX propõe uma nova reunião do Conselho para
650 30/10/2020 e outra para 11/12/2020 e a SECEX teve o cuidado de atender, embora
651 esse momento de pandemia é excepcional, já tem um número entre reuniões
652 ordinárias e extraordinárias, cumprindo inclusive a previsão regimental e a proposta
653 é que tem mais duas reuniões ordinárias, lembrando que tem alguns pontos que
654 foram deixados de apreciar na ultima reunião ordinária em razão exatamente desse
655 ponto do enquadramento, então já tem a próxima reunião ordinária com
656 comprometimento de dois pontos, que é a discussão da Mata Atlântica e a questão
657 da Lagoa do Abaeté, que são pontos que já constavam na convocação anterior e
658 deixou de discutir em razão do tempo e posteriormente pela prioridade que se deu a
659 questão dos enquadramentos. Ressaltou inclusive que o Conselho tem um
660 planejamento já de alguns assuntos que foram trazidos na plenária e que a SECEX
661 estar buscando encaixar nas pautas das câmaras técnicas e os segmentos que

662 perceberem que os pontos estão sendo em algum momento postergados, a SECEX
663 continua aguardando manifestações dos segmentos. Informou que tem algumas
664 pautas que são institucionais, inclusive pontuou que ontem teve a reunião da
665 CTPPDS onde foram discutidos os critérios de recursos do FERFA e vai ter outra
666 reunião e esta é uma pauta inclusive que é institucional, mas que é de competência
667 também do CEPRAM.

668 Aurinézio Calheira - COFIC pontuou que no dia 11/12 é complicado, pois tem a
669 reunião do Conselho do COFIC e dia 30/10 informou que daria um jeito de participar.
670 Insistiu que seja mandado com antecedência pelo TEAMS para bloquear as
671 agendas, se é uma decisão da Secretaria disse que vai aceitar, mas se não for uma
672 decisão continuará insistindo que se coloque com antecedência o convite pelo
673 TEAMS.

674 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que a convocação do CEPRAM é feita
675 30 dias antes da reunião, é um tempo suficiente para analisar os documentos, por
676 outro lado tempo longo para lembrar a reunião. Registrou em na ata a necessidade
677 de enviar o link da reunião com antecedência e informou que vai entrar em contato
678 com a equipe de tecnologia sobre isso. Ressaltou que a intenção da SECEX quando
679 encaminhava com 48h antes era justamente de alertá-los mais próximo da reunião.
680 Informou que a SECEX propôs a data do dia 11/12, porque a sexta seguinte achou
681 muito próxima de encerramento de final de ano, na verdade tem as datas de 04/12,
682 11/12 e 18/12, são as três sextas feiras que antecedem o Natal. A plenária deliberou
683 pelas datas de 30/10 e 11/12.

684 Severino Agra – UFBA sugeriu que a SECEX encaminhe para o e-mail o calendário
685 aprovado, mas não com a convocação, pois a convocação é obrigatória ter a pauta,
686 mas pode ser encaminhada uma informação circular dizendo as datas aprovadas em
687 plenária e acredita que desta forma atenda a todos. Pontuou que fez um
688 encaminhamento duas reuniões atrás, por e-mail de uma proposta de resolução
689 sobre a expedição das licenças de operação e queria que ficasse registrado que a
690 SECEX recebeu essa proposta.

691 Miriã Caetano da Silva – SECEX esclareceu que tão logo chega por e-mail, qualquer
692 tipo de requerimento e principalmente pedidos de pontos para pauta da câmara
693 técnica ou plenária a SECEX imprime e tem as solicitações separadas para encaixar

694 de acordo com reuniões de câmaras técnicas e pontuou que talvez não deu a
695 resposta ao e-mail, mas foi recebido sim, está entre os assuntos. Muitos inclusive,
696 são assuntos que já estão previstos no planejamento. Talvez seja necessário
697 apresentar na plenária os temas atualizados que já estão ali, solicitados por
698 segmentos e que já tenha atendido anteriormente, e se por ventura chegarem outros
699 pedidos já serem incorporado ao planejamento.

700 Sérgio Bastos – SINPEQ pontuou que o CEPRAM tem uma reunião prevista no dia
701 30/10 e têm uma série de itens do planejamento já aprovado, algumas coisas em
702 aberto, porque as vezes só tem o item colocado com endereçamento da câmara
703 técnica para a plenária, mas não tem data, então sugeriu que seja item de pauta na
704 reunião do dia 30/10 seja apresentado um balanço do que encontra-se no
705 planejamento e os conselheiros irão aprovar ou revisar esse planejamento, para ter
706 um horizonte para o ano de 2021. nesse sentido, cada câmara técnica teria que
707 mandar até o dia 20/10 o seu planejamento ou pelo menos os itens que estão em
708 pauta, para que a SECEX concentre e na plenária deliberar eventualmente alguma
709 alteração ou prioridade, da forma que esteja com o planejamento atualizado para o
710 final do ano e para o ano que vem. Lembrou que a câmara técnica não tem vida
711 própria, ela funciona em função da demanda da plenária, então se a plenária
712 deliberou pode alterar inclusive prioridades da câmara técnica.

713 Miriã Caetano da Silva – SECEX ressaltou que a SECEX fará o levantamento dos
714 requerimentos que já foram encaminhados e na próxima reunião seria feito a síntese
715 e também alguns encaminhamentos, pois como se vem conversando existem alguns
716 requerimentos que para ir a alguma câmara técnica é necessário a manifestação da
717 plenária, pois não é a SECEX que faz o encaminhamento a câmara técnica.
718 Informou da ausência do Secretário e da Diretora do INEMA, por questão de outras
719 agendas, mas estão cientes da reunião e estão sempre atentos, logo que termina a
720 reunião a SECEX sempre atualiza dos acontecimentos. Não havendo mais nenhum
721 ponto de pauta, a reunião foi encerrada e ata vai ser assinada e aprovada.

722 **Presidente do CEPRAM:**

723 **Presidente em Exercício e Secretaria Executiva:** Miriã Caetano da Silva

724 **Conselheiros presentes:**

725 Ana Maria da Lima Santos – SEINFRA

726 Marcelo Senhorinho- SEAGRI

- 727 Ariene Góes Couto - SEAGRI
- 728 Taís Barreira Nascimento Gouveia – SDE
- 729 Cristiane Ferreira – SEPLAN
- 730 Ana Livia Cunha Guimarães – SEDUR
- 731 Juçara Tanajura – SINDUSCOM
- 732 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC
- 733 Sérgio Bastos – SINPEQ
- 734 José Luiz Pucci - SINDIMIBA
- 735 Walter Schimmelpfeng – FECOMÉRCIO
- 736 Diogo Guanabara – SINDICOM
- 737 Fernanda Bulhões - SINCOFARMA
- 738 Ruy Argeu - FECOMÉRCIO
- 739 Alessandra Chaves Reis - AIBA
- 740 Ricardo Borges da Cunha - Sindicato Rural de Camacã
- 741 Wilson Andrade - ABAF
- 742 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
- 743 José Roberto Pedreira Celestino - ABES
- 744 Grigório Rocha – SINDAE
- 745 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho - Comunidades Quilombolas
- 746 Severino Agra Filho – UFBA
- 747 Renato Pegas Paes da Cunha – GAMBÁ
- 748 Jefferson Cerqueira Viana - GERMEN
- 749 Amanda Santos Silva – ADES
- 750 Luena Fernandes - IBJ
- 751 Lucidalva Nogueira – PRISMA